

INVESTIMENTO

Ponte de Lima é o município que mais investe face à despesa total

■ Ponte de Lima é dos municípios que mais investe face às despesas que faz, sendo que o peso da despesa de investimento nas despesas totais é de 62,4%. Nesta lista figuram também os concelhos de Câmara de Lobo, Elvas ou Mafra. Dos grandes municípios nenhum apresenta investimentos com um peso superior a 43% da despesa total. O anuário adianta que, relativamente à despesa, a taxa média de execução da despesa é de 84,2% e a taxa média de receita liquidada é de 64,5%, ligeiramente superior ao da execução da cobrada, que foi de 63,5%.



EM 2005

Lisboa é autarquia com maior passivo exigível que atinge quase mil milhões

■ Lisboa é o município com o maior passivo exigível (todas as dívidas a pagar) em 2005, ascendendo aos 956,8 milhões de euros. Da lista fazem também parte Vila Nova de Gaia (com 231,2 milhões de euros), Porto (com 198,6 milhões), Maia (com 128,2 milhões) e Gondomar, com 118,4 milhões de euros. O estudo conclui ainda que comparando a estrutura do activo dos municípios de pequena, média e grande dimensão, verifica-se que o peso dos bens de domínio público no activo é maior quanto menor for a dimensão do município.

VALENTIM LOUREIRO

Gondomar não está em ruptura

■ O presidente da Câmara de Gondomar, Valentim Loureiro, rejeitou os resultados do estudo sobre a situação financeira do poder local, assegurando que a autarquia "não está em ruptura financeira". O responsável questionou a competência profissional dos autores do estudo.

Passivo das câmaras chegou aos 6,5 mil milhões

SÓ A CÂMARA DE LISBOA, a maior do país, foi responsável por 1200 milhões do total do passivo.

Sofia Lobato Dias
slobato@economicasgpps.com

O passivo global das autarquias ascendeu a 6500 milhões de euros no ano passado, apesar dos limites ao endividamento impostos pela nova Lei das Finanças Locais (LFL). Só o passivo de Lisboa, a maior Câmara do país, chega aos 1200 milhões de euros.

O valor total foi ontem apresentado pelo secretário de Estado da Administração Local, Eduardo Cabrita, que garante porém que o endividamento líquido de todas as autarquias foi reduzido em 450 milhões de euros.

"Temos de identificar em que Câmaras são precisas intervenções e onde há excessos de dívidas", alertou o secretário de Estado, na abertura das primeiras jornadas de Finanças e Contabilidade Locais.

Na nova lei, que entrou em vigor apenas no início deste ano, o limite de endividamento das autarquias já engloba as dívidas a fornecedores. A actual LFL prevê que o endividamento líquido de cada autarquia não exceda os 125% do valor das suas receitas. As Câmaras que excederem os limites serão penalizadas nas transferências do ano seguinte. Alguns municípios chegaram mesmo a pedir ao Governo mecanismos de reequilíbrio financeiro.

O secretário de Estado da tutela avançou ainda que "as alterações dos impostos locais e a reforma do património são os próximos desafios do poder local".

A nova Lei das Finanças Locais prevê que as autarquias recebam 5% do IRS cobrado no concelho. Alguns impostos, nomeadamente o IMI (Imposto Municipal sobre

Imóveis), são agora definidos por cada concelho.

Hoje, a cobrança de impostos locais por habitante é muito desigual em todo o país. Os valores oscilam entre os 30 euros cobrados no concelho de Cinfães, em Viseu, e os 790 euros tributados no concelho de Loulé. Cada português paga, em média, 184 euros só em impostos locais. De acordo com os dados avançados por Eduardo Cabrita, no total, foram recolhidos, o ano passado, 1.990 milhões de euros só em impostos locais, mais 10% do que no ano anterior.

Ambiente é factor de distinção

"Os critérios ambientais vão ter, pela primeira vez, um papel importante na reparti-

AUTARQUIAS ▲

Passivo em 2006
6500 milhões

PASSIVO ▲

de Lisboa em 2006 duplicou
1200 milhões

IMPOSTOS LOCAIS

média per capita
184 euros

As alterações dos impostos locais e a reforma do património são os próximos desafios do poder local", anunciou Eduardo Cabrita.

ção de recursos", garante o governante.

A gestão da política ambiental é uma exigência antiga das autarquias, que querem que a descentralização passe também pelo ambiente. O poder local vai poder definir, de forma autónoma, planos de ordenamento do território, como os Planos Directores Municipais e os planos urbanísticos.

No final do encontro, o secretário de Estado da Administração Local frisou ainda que o Orçamento do Estado para 2007 já permitiu que 88 dos 308 municípios tivessem um aumento das suas competências.

"Temos uma tradição com muitas reservas centralistas", acusou Cabrita, "Portugal tem uma centralização incomparável no cenário europeu".

Espanha e Suécia são os países que o Governo aponta como exemplos a seguir: têm um elevado nível de descentralização de competências ao mesmo tempo que conseguem que as contas públicas estejam de óptima saúde. ■



LISBOA É A QUE MAIS DEVE AOS BANCOS

Lisboa é o município com o maior endividamento bancário de médio e longo prazo: em 2005, a dívida chegava aos 491 milhões de euros. Na lista dos maiores devedores contam-se ainda Vila Nova de Gaia (179 milhões de euros) e Porto (135 milhões de euros). O total da dívida a médio e longo prazo das autarquias ultrapassou os 4 mil milhões de euros.

OS MUNICÍPIOS PORTUGUESES EM 2005

1 Lisboa demora 394 dias a pagar

■ A maior Câmara do país, Lisboa, demora a pagar aos seus fornecedores, em média, 394 dias, ou seja, mais de 11 meses. Contudo, o município de grandes dimensões que mais demora a pagar é a Câmara de Gondomar, que arrasta as suas dívidas por quase dois anos (643 dias). A boa notícia é que há oito municípios em Portugal que pagam a pronto. S.L.D.

2 Lisboa tem a menor liquidez

■ Mais uma vez, Lisboa é destacada pelas piores razões. Dos 308 municípios, a capital é o que tem menor liquidez (o défice é superior a 317 milhões de euros). No 'ranking' de menor liquidez, seguem-se Gondomar (-69 milhões) e Oliveira de Azeméis (-53 milhões). Almada é a autarquia que tem a maior liquidez a nível nacional. S.L.D.

3 Gondomar tem o maior endividamento

■ O grande município que tem o maior endividamento líquido é, sem dúvida, Gondomar. Seguem-se a Maia e Vila Nova de Gaia, todas cidades no distrito do Porto. No ranking das autarquias com menor endividamento sobressaem Almada, Ponte de Lima, Elvas, Cinfães e ainda Mafra. S.L.D.

4 Oeiras e Sintra dependem de impostos

■ 63% das receitas de Oeiras e Sintra dependem de impostos. São estes os grandes municípios que mais dependem dos impostos a nível nacional. Do grupo das autarquias com mais de 100 mil habitantes, destacam-se ainda: Matosinhos (62% das receitas provêm de impostos), Loures (60%) e Cascais (59%). S.L.D.

OEIRAS EM SEGUNDO

Lisboa tem o maior saldo corrente com 70,2 milhões de euros

■ Entre as autarquias com maior saldo corrente destacam-se os municípios de maior dimensão, com Lisboa a evidenciar-se dado que tem um saldo de 70,2 milhões de euros de euros. Seguem-se Oeiras, com 31,9 milhões de euros, o Seixal, com 24,6 milhões e Braga com 22,9 milhões. Relativamente ao saldo primário positivo, Mafra destaca-se com 7,4 milhões de euros. O anuário financeiro dos municípios portugueses sublinha ainda que das 307 autarquias, só 165 respeitaram o princípio do equilíbrio corrente (77 pequenos, 70 médios e 17 grandes).



RECEITAS PRÓPRIAS

Grandes municípios apresentam maior autonomia financeira

■ O número de autarquias que apresentam uma dependência superior a 80% das receitas provenientes do Estado é elevado. No entanto, nenhum dos grandes municípios se encontra nesta situação. Lisboa volta a ocupar o primeiro lugar, com 90% de receitas próprias. Seguem-se Sesimbra e Albufeira, com 82% e 80% de receitas próprias, respectivamente. Entre os municípios de média dimensão apenas, Angra do Heroísmo, Baião, Cinfães e Coruche apresentam estes níveis de independência financeira.

Municípios têm uma semana para dar uma resposta ao Governo

A DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS deve ficar pronta a tempo da elaboração do OE/2008.

Rita Tavares
rtavares@economicasps.com

O Governo deu uma semana à Associação Nacional de Municípios para se pronunciar sobre uma proposta final, mas ainda não fechada, relativa à transferência de poderes para os municípios. O documento, entregue ontem à ANMP pelo secretário de Estado da Administração Local, foi feito com base nas linhas gerais aprovadas pelo congresso dos autarcas de há duas semanas, prevenindo uma rejeição em toda a linha.

Apesar da reserva em falar nos avanços e recuos nas negociações que já levam meses de caminho, entre Governo e municípios, há uma coisa que fica clara: a urgência do Executivo em avançar com o processo contrasta com a falta dela por parte dos autarcas. Fernando Ruas, presidente da ANMP, garante ao Diário Económico que os autarcas estão "empenhados" mas que "não correm atrás do calendário" do Governo, que quer tudo definido a tempo de poder incluir

este processo nas contas do Orçamento de Estado de 2008. Assim, Ruas diz que um "acordo, só quando as matérias estiverem bem estudadas". Ora, da parte do Executivo o compromisso de calendário assumido pelo então ministro António Costa está a apertar e isto sem ter ainda a luz verde sobre a identificação dos poderes a transferir, nem mesmo o envelope financeiro que vai acompanhar este reforço de competências das autarquias. Na reunião de anteontem, no Ministério da Administração Interna, o Governo

Educação, Saúde e Acção Social são as três competências a descentralizar para as autarquias.

entregou à ANMP três documentos onde constam as propostas do Governo para três áreas onde há poderes a transferir: Educação, Saúde e Acção Social. Um dossier, "sem novidade", garante fonte do Executivo, mas que recupera todo o trabalho negocial feito até ao momento e toma em linha de conta o que ficou aprovado no último congresso dos autarcas. Para já, no encontro de há dois dias, houve coincidência num ponto: atrasar a entrada em vigor da gestão pelos municípios das carreiras do pessoal não docente. Como o processo de transferência de poderes para as autarquias está todo atrasado, este ponto só vai vigorar a partir do próximo ano lectivo (2008-9).

A proposta do Executivo vai ser analisada no próximo Conselho Directivo da ANMP, na terça-feira, e nessa altura o Governo vai querer saber a posição final dos autarcas: ou não aceita o pacote, ou aceita plenamente ou aceita de forma condicional e, neste caso, regressa-se à mesa das negociações. ■

Competências locais definidas a tempo do OE 2008

■ A descentralização das áreas da Educação, da Saúde e da Acção Social já vai estar prevista no Orçamento de Estado de 2008, para que seja aplicada já no próximo ano. A garantia foi dada ontem pelo secretário de Estado da Administração Local, Eduardo Cabrita, ao Diário Económico, à saída das primeiras jornadas de Finanças e Contabilidade Locais. "Neste momento, o que está em causa é o ensino básico e a existência de cartas sociais municipais", explicou. "A descentralização da Educação e da Acção Social está mais avançada. As

competências da Saúde são mais complicadas", explicou Eduardo Cabrita. Da reunião com a Associação Nacional de Municípios Portugueses na passada terça-feira, o secretário de Estado concluiu que "há uma grande convergência entre os documentos saídos do congresso da ANMP [que decorreu nos dias 15 e 16 de Junho] e o desafio lançado pelo Governo". As conversações entre o Governo e a Associação de Municípios deverão estar concluídas já no próximo dia 20 de Julho. S.L.D.



Eduardo Cabrita Secretário de Estado da Administração Local

5 Coimbra com mais despesas com pessoal

■ Coimbra é o município grande onde os gastos com pessoal mais pesam no total da despesa (mais de 43%). Seguem-se o Seixal (42,9%) e Setúbal (42,2%). A despesa com pessoal varia significativamente dentro do mesmo agrupamento dimensional de autarquias. Os técnicos oficiais de contas sugerem um estudo sobre as reais necessidades de pessoal. S.L.D.

6 Só há 9 municípios com saldo positivo

■ De todas as autarquias do país, há apenas nove municípios com saldo orçamental positivo. O concelho de Mafra distingue-se com um saldo de mais de seis milhões de euros. Albufeira, Lajes das Flores, Vidigueira, Almada, Santa Cruz da Graciosa, Alvito, Ponta do Sol e Mealhada são as outras autarquias com mais receitas que despesa. S.L.D.

7 Gaia com resultado líquido negativo

■ Vila Nova de Gaia é a autarquia com pior resultado líquido antes das amortizações. O valor negativo ultrapassava os dez milhões de euros. Outros municípios com resultados negativos foram Guimarães (oito milhões de euros), Figueira da Foz (quase três milhões de euros), Évora (quase um milhão de euros) e Cartaxo (700 mil euros). S.L.D.



ID: 17458951	Diário Económico	Tiragem: 21239	Página: 56	■
Data: 28-06-2007		País: Portugal	Cores: Cor	
		Âmbito: Economia, Negócios	Área: 2,72X1,65 cm2	
		Perid.: Diária	Corte: 3 de 3	

CISION[®]

AUTARQUIAS
Passivo das
câmaras atinge
6,5 mil milhões